

A melhor ciência portuguesa é feita em 103 centros de investigação

25.06.2019 às 10h20



Avaliação das 348 unidades de investigação nacionais revela que 31% têm classificação de "Excelente" e que vai ser atribuído um financiamento global de 420 milhões de euros para os próximos quatro anos



VIRGÍLIO AZEVEDO

A melhor ciência portuguesa é feita em 103 centros de investigação, o que corresponde a 31% do total, revela o relatório da Avaliação das Unidades de I&D da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), a principal agência pública de apoio às atividades científicas em Portugal.

O documento sublinha que o processo de avaliação "mostra um elevado nível científico e tecnológico, tendo os Painéis de Avaliação detetado em muitas unidades de I&D (investigação e desenvolvimento) contribuições significativas para o avanço do conhecimento e a sua aplicação aos melhores níveis internacionais".

Um total de 64% dos centros de investigação avaliados teve um classificação de "Excelente" e "Muito Bom", abrangendo 78% dos investigadores a trabalhar nos 348 centros. A grelha de classificação teve cinco níveis: "Excelente" (31% dos centros), "Muito Bom" (33%), "Bom" (24%), "Fraco" (11%) e "Insuficiente" (1%).

FINANCIAMENTO DE €420 MILHÕES E 400 CONTRATOS PARA DOUTORADOS

Em resultado desta avaliação, a FCT vai atribuir um financiamento global de 420 milhões de euros a todas as unidades de I&D classificadas nos três primeiros níveis para os próximos quatro anos (2020-2023). Este montante permitirá a contratação de 400 novos investigadores doutorados, mas há ainda um financiamento adicional de 106 milhões de euros para a atribuição de 1600 novas bolsas de doutoramento.

Nas unidades de I&D avaliadas trabalham 19.418 investigadores, sendo 43% das que foram classificadas com "Excelente" e 35% das que tiveram "Muito Bom". A avaliação foi feita por 224 avaliadores internacionais oriundos de 26 países, distribuídos por 32 painéis que abrangem todas as áreas do conhecimento científico, que visitaram todas as unidades, acompanhados pelos técnicos da FCT. Os painéis contaram ainda com o apoio de 31 especialistas de 12 países.

A candidatura dos 348 centros ao processo de avaliação incluiu a apresentação de um relatório de atividades dos últimos cinco anos, da equipa de investigadores e do plano para os próximos cinco anos, tendo as candidaturas terminado a 9 de fevereiro de 2018. A FCT justifica o facto de se ter esperado um ano e meio pela divulgação dos resultados ao sublinhar que o processo de avaliação foi "complexo e com uma logística exigente".

EXCESSIVA CARGA LETIVA DOS INVESTIGADORES

O relatório da avaliação destaca aspetos positivos e negativos das unidades de I&D. Assim, salienta que "em quase 2/3 das unidades a maioria dos investigadores doutorados realizou atividades inovadoras e de reconhecido mérito e qualidade internacional". E cerca de 1/3 das unidades "são de referência internacional em uma ou mais áreas de atividade". Por outro lado, "muitos painéis de avaliação apreciaram o grande entusiasmo e dedicação dos investigadores, em particular entre os estudantes de doutoramento e jovens pós-doutorados, a um nível que os surpreendeu comparativamente a outros países".

Mas o documento também alerta que se verificou em muitas unidades "que os investigadores/docentes em instituições do ensino superior têm cargas letivas excessivas (9 horas ou até 12 horas semanais de aulas) que dificultam uma atividade de produção científica mais eficiente". Por isso, vários painéis recomendaram a redução das cargas letivas "para níveis razoáveis".

Por outro lado, muitos painéis explicitaram "a avançada idade média de investigadores/docentes em posições permanente, em contraste com um grande grupo de jovens pós-doutorados e estudantes de doutoramento muito promissores", observando-se uma falta de oportunidades para a contratação destes jovens em posições permanentes ("Tenure Track"). Os painéis de avaliação aconselham, por isso, "a correção efetiva desta lacuna e a abertura de oportunidades de contratação externa de investigadores/docentes".

"ALUNOS PRECISAM DE TEMPO PARA ESTUDAR"

Luís Magalhães, coordenador da Avaliação das Unidades de I&D, explica ao Expresso que "as instituições do ensino superior têm a possibilidade de resolver o problema do excesso de carga letiva, criado pelas carências existentes mas também pelo errado doseamento da investigação e das aulas".

Com efeito, "certas instituições do ensino superior começaram a partir de certa altura a exigir 9 horas e 12 horas semanais de aulas em vez das 6 horas habituais, o que é difícil de compatibilizar com a investigação". Para regressar às 6 horas semanais é preciso "uma melhor gestão dos recursos humanos e a reorganização curricular, de modo a que não haja tantas disciplinas com poucos alunos".

O coordenador da avaliação salienta que "há instituições com cargas letivas excessivas para os alunos, isto é, cinco a seis disciplinas simultâneas". Nos EUA, por exemplo, as cargas letivas "são habitualmente de quatro disciplinas e há mesmo situações com apenas três disciplinas em simultâneo, porque os alunos precisam de tempo para estudar e para serem iniciados na própria investigação".